

Coleção GRANDES TEMAS DO NOVO CPC

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

1

NEGÓCIOS PROCESSUAIS

COORDENADORES

Antonio do Passo Cabral

Pedro Henrique Nogueira

3ª edição

2017

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

N 384 Negócios processuais / coordenadores: Antonio do Passo Cabral, Pedro Henrique Nogueira.
– 3. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.
752 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 1 ; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-1394-0.

1. Direito processual. 2. Processo civil – Brasil. 3. Processo civil. França. 4. Processo Civil – Alemanha. 5. Processo civil – Argentina. 6. Ação civil pública. 7. Brasil. Ministério Público. I. Cabral, Antonio do Passo. II. Nogueira, Pedro Henrique. III. Título.

CDD: 347.05

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1102 056

Sumário

Parte I

FUNDAMENTOS DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS

Capítulo 1 ► Natureza e objeto das convenções processuais23

José Rogério Cruz e Tucci

Capítulo 2 ► Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil.....31

Fredie Didier Jr.

1. Nota do autor 31
2. Notas sobre a relação entre a liberdade e o processo 31
3. O princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil 34

Capítulo 3 ► Negócios Jurídicos Processuais no Processo Civil Brasileiro..... 39

Leonardo Carneiro da Cunha

1. Apresentação 39
2. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos-fatos jurídicos e negócios jurídicos 40
 - 2.1. Distinção entre atos jurídicos e negócios jurídicos 41
3. Fatos jurídicos processuais, atos jurídicos processuais e atos-fatos jurídicos processuais ... 44
4. Negócios jurídicos processuais..... 46
 - 4.1. Opiniões contrárias 46
 - 4.1.1. O publicismo no processo e o protagonismo do juiz 48
 - 4.1.2. O dogma da irrelevância da vontade 49
 - 4.2. Opiniões favoráveis..... 50
 - 4.3. Negócios jurídicos processuais típicos 54
 - 4.4. Negócios jurídicos processuais atípicos 56
 - 4.5. A ideia do modelo cooperativo de processo e os estudos mais recentes sobre negócios processuais 57
5. O novo Código de Processo Civil brasileiro 61
 - 5.1. Generalidades 61
 - 5.2. Ampliação dos negócios processuais típicos 62
 - 5.3. A cláusula geral de negociação processual..... 68
6. Limites aos negócios jurídicos processuais 71
7. Bibliografia 72

Capítulo 4 ► **Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova Era?**75

Flávio Luiz Yarshell

1. Introdução.....	75
2. Terminologia e natureza jurídica da convenção celebrada entre as partes	76
3. Elementos de existência: forma e objeto	77
4. Segue: objeto	78
5. Ainda elementos de existência: agente, lugar e tempo	79
6. Requisitos de validade relativos aos elementos intrínsecos do negócio	80
7. Segue: licitude do objeto e natureza do direito material controvertido	81
8. Segue: a observância do devido processo legal	82
9. Segue: normas processuais cogentes.....	83
10. Segue: validade de elementos particulares	84
11. Segue: a forma do negócio jurídico processual	85
12. Requisitos de validade extrínsecos: agente capaz	85
13. Segue: capacidade de entes que têm capacidade de estar em juízo	87
14. Segue: presença de advogado.	88
15. Formas de controle da validade do negócio processual: casos de nulidade	89
16. Segue: casos de anulabilidade	89
17. O estabelecimento de calendário entre partes e juiz	91
18. Conclusão	92

Capítulo 5 ► **Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro.....** 93

Pedro Henrique Nogueira

1. Nota introdutória	93
2. Breve resenha doutrinária sobre os negócios processuais	93
3. Conceito de negócio jurídico processual	96
4. O novo CPC e algumas figuras negociais	97
5. Os acordos de procedimento no CPC de 1973	99
6. Acordos de procedimento no Código de Processo Civil de 2015	102
7. Espécies de acordos de procedimento	104

Capítulo 6 ► **Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015.....**105

Fredie Didier Jr.

1. Negócios jurídicos processuais: noções gerais, espécies e classificação	105
2. Negócios jurídicos processuais atípicos	109
2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo	109
2.2. Regras gerais da negociação processual.....	111
2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz	112
2.4. Momento de celebração	112
2.5. Requisitos de validade.....	113

2.5.1.	Generalidades.....	113
2.5.2.	Capacidade	114
2.5.3.	Objeto.....	116
2.5.4.	Forma	119
2.6.	Anulabilidade	120
2.7.	Eficácia e revogabilidade	120
2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	121
2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação	121
2.10.	Efetivação	122
2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual	122
2.12.	Interpretação.....	123
2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	123
2.14.	Direito intertemporal	124
Capítulo 7 ► La Qualification Juridique Des Accords Processuels.....		127
	<i>Loïc Cadiet</i>	
I. -	Accords processuels et droit du procès	130
II. -	Accords processuels et droit du contrat.....	133
Capítulo 8 ► Einverständliches Parteihandeln im deutschen Zivilprozess.....		139
	<i>Peter Schlosser</i>	
I.	Einleitung.....	139
II.	Erster Hauptteil: Unmittelbarer einverständlicher Einfluss der Parteien auf den Gang des Verfahrens.....	142
1.	Verpflichtungen zur Vornahme oder Unterlassung von Dispositionsakten über den Streitgegenstand	142
2.	Andere Parteivereinbarungen, insbesondere solchen zur Beweiserhebung.....	144
3.	Wirkungsweise anerkannter Verfahrensvereinbarungen	147
4.	Besonderheiten des Prozessvergleichs	148
III.	Zweiter Hauptteil: Indirekte Anerkennung von Prozessvereinbarungen	149
1.	Nach der Rechtsprechung „heilbare“ Mängel.....	150
2.	Nach der Rechtsprechung nicht „heilbare“ Mängel.....	153
IV.	Schlussfolgerungen.....	154
Capítulo 9 ► Contracting for procedure		165
	<i>Kevin E. Davis & Helen Hershkoff</i>	
	Abstract	165
	Introduction.....	166
I.	An overview of contract procedure	172
A.	Contract Procedure and Commercial Practice	172
B.	Contract Procedure and Judicial Review.....	174
II.	Contract procedure as a private concern.....	179

A.	Efficiency.....	180
B.	Substantive Fairness.....	183
C.	Litigant Autonomy.....	183
D.	Fair Process	185
III.	The public dimension of contract procedure.....	186
A.	Contract Procedure and Outsourcing.....	186
1.	Dispute Resolution as an Inherently Governmental Function.....	187
2.	Outsourcing Can Be a Planned or De Facto Regulatory Practice	189
3.	Contract Procedure as De Facto Outsourcing.....	191
B.	Contract Procedure and Negative System Effects.....	192
1.	Information About the Dispute.....	193
2.	Information About the Adjudicative Process	197
C.	Contract Procedure and Democratic Decision Making	199
D.	Summary.....	203
IV.	Challenges in defining the limits of contract procedure.....	204
A.	Securing Transparency Through Information Disclosure	205
B.	Encouraging Procedural Accountability Through Rulemaking Oversight	207
C.	Promoting Legitimacy Through Choice-of-Law Inspired Judicial Review.....	210
	Conclusion: a constitutional transformation too far?	211

Capítulo 10 ► Procedural Contracts in Germany 213

Christoph A. Kern

I.	Introduction.....	213
II.	Types of Procedural Contracts.....	215
1.	Procedural Contracts in the Strict Sense	215
a)	Definition	215
b)	Theoretical Considerations	216
c)	Admissibility of Such Contracts	217
d)	Effects of Such Contracts.....	218
2.	Contracts Creating an Obligation with Respect to Proceedings.....	218
a)	Definition	218
b)	Theoretical Considerations	219
c)	Admissibility of Such Contracts	219
d)	Effects of Such Contracts.....	219
III.	The Law Governing Procedural Contracts.....	221
1.	Principle.....	221
a)	Rules of Substantive Contract Law.....	221
b)	Examples	221
c)	Conflict of Law Rules	222
2.	Irrelevance of the Substantive Rights in Dispute.....	223
3.	Additional Requirements for the Conclusion of the Contract.....	223
IV.	Triangular Procedural Contracts?.....	224

V. Conclusion	225
Capítulo 11 ► Contracts and procedural law: some remarks on Dutch law.....	227
<i>Marte Knigge and Bart Krans</i>	
1. Contract and proceedings: bits and pieces	227
2. Contracts on collective settlement of mass damages.....	228
3. Agreements concerning alternative dispute resolution.....	229
4. Jurisdiction agreements.....	230
4.1. International jurisdiction.....	230
4.2. Territorial competence	231
4.3. Subject matter competence	232
5. Agreements concerning evidence.....	234
6. Terms	235
7. Some agreements on court proceedings.....	235
8. General conditions.....	236
9. Changes ahead: quality and innovation.....	236
10. Changes ahead: the netherlands commercial court.....	237
11. To conclude	238
Capítulo 12 ► Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali	239
<i>Remo Caponi</i>	
Capítulo 13 ► Gli Accordi Processuali in Italia	255
<i>Luca Penasa</i>	
1. La categoria degli accordi processuali e, più in generale, dei negozi processuali nella dottrina processualciviltistica italiana: dall'iniziale accoglimento al successivo generalizzato abbandono.....	255
2. Le critiche alla categoria del negozio processuale e il loro (possibile) superamento.....	258
3. Rifiuto della distinzione fra accordi processuali con efficacia dispositiva e con efficacia obbligatoria: gli unici accordi processuali sono quelli con efficacia dispositiva	265
4. Accordi processuali espressamente previsti nell'ordinamento italiano	269
5. Il problema della tipicità o atipicità degli accordi processuali, ovvero del rapporto tra autonomia privata e processo civile.....	273
6. La disciplina degli accordi processuali.....	280
Capítulo 14 ► Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais	289
<i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Júnior</i>	
1. Considerações iniciais	289
2. Breves considerações sobre os negócios jurídicos materiais e processuais	296
3. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos – Campo-invariável	299

4. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos processuais – Campo-dependente e campo-dependente’	303
5. Uma palavra sobre o objeto lícito nos negócios processuais e a relevância da ordem pública como limite à negociação	307
6. Como compatibilizar a autonomia da vontade no processo e os negócios jurídicos processuais com o microsistema das demandas de massa e com o sistema de precedentes?	310
7. Conclusões	312

Capítulo 15 ► A Igualdade e os Negócios Processuais.....315

Rafael Sirangelo de Abreu

1. Considerações introdutórias	315
2. As múltiplas manifestações da igualdade nas suas relações com o processo civil	318
2.1. Igualdade ao processo	322
2.2. Igualdade no processo	322
2.3. Igualdade pelo processo	323
3. Os reflexos da igualdade no tratamento dos negócios processuais.....	325
3.1. Incidência em negócios pré-processuais que dificultem o acesso equilibrado ao processo	328
3.2. Incidência em negócios processuais que afetem o equilíbrio do processo	331
3.3. Precedentes e negócios processuais.....	333
4. Considerações finais.....	335

Capítulo 16 ► Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais.....337

Trícia Navarro Xavier Cabral

1. Introdução.....	337
2. Novidades legislativas	339
3. Direito estrangeiro.....	343
4. Convenções das partes em matéria processual.....	347
5. O calendário processual.....	353
6. Análise prospectiva dos reflexos das novidades legislativa sobre os atos judiciais	357
7. Referências	363

Capítulo 17 ► As Convenções processuais na experiência francesa e no novo CPC367

Diogo Assumpção Rezende de Almeida

1. Introdução.....	367
2. O <i>contrat de procédure</i> do direito francês	368
3. As convenções processuais	376
4. As convenções processuais no novo CPC.....	386
5. Conclusão.....	388

Capítulo 18 ► Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015	391
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. "Publicismo" do Direito Processual Civil e o Código brasileiro de 1973	391
2. Autorregramento da vontade das partes no Código de 1973	392
3. Autorregramento da vontade das partes no Código de 2015	394
4. Código de 2015: cláusula geral de atipicidade de convenções processuais e princípio da do respeito ao autorregramento da vontade	395
5. Rompimento radical com o anterior sistema: necessidade de mudança de paradigma para a adequada interpretação da inovação	396
6. Bibliografia	399

Capítulo 19 ► A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais - já uma releitura	401
<i>Murilo Teixeira Avelino</i>	

1. O juiz como sujeito do diálogo processual	401
2. A prevalência do autorregramento da vontade no NCPC	404
3. Negócios jurídicos processuais que não influenciam situação jurídica titularizada pelo juiz	412
4. Negócios jurídicos processuais que influenciam na situação jurídica do juiz	416
5. Conclusão	422
6. Bibliografia	423

Parte II

NEGÓCIOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE

Capítulo 20 ► Negócios jurídicos processuais unilaterais e o requerimento de parcelamento do débito pelo executado	427
<i>Marcela Kohlbach de Faria</i>	

1. Negócios jurídicos processuais	427
2. Os negócios processuais unilaterais	430
3. O direito do devedor ao parcelamento como negócio jurídico processual unilateral	431
3.1. Sistemática do CPC de 1973	432
3.2. Sistemática do novo CPC. Do Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 8.046, de 2010) à Lei. 13.105 de 16 de março 2015	435
4. Conclusão	438
5. Bibliografia	439

Capítulo 21 ► Pactum de non petendo: Exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material	443
<i>Paula Costa e Silva</i>	
1. A história do presente texto	443
2. O tema do presente texto: pactum de non petendo.....	444
3. Origem e evolução da figura do pactum de non petendo	448
4. O objecto do pacto de non petendo.....	451
5. A admissibilidade do pacto de non petendo enquanto convenção excludente da exigibilidade.....	461
6. Os efeitos do pacto de non petendo	473
7. Conclusão.....	480
Capítulo 22 ► A Legitimidade Extraordinária de Origem Negocial	481
<i>Daniela Santos Bomfim</i>	
1. A teoria do fato jurídico como uma teoria parcial do direito	481
2. O conceito de negócio jurídico.....	483
3. O negócio jurídico processual e a cláusula geral prevista no CPC de 2015	488
4. A legitimidade extraordinária no contexto do CPC de 2015: a sua contextualização com a cláusula geral dos negócios jurídicos processuais	490
5. Peculiaridades sobre a legitimação extraordinária de origem negocial	495
6. Conclusões	498
Capítulo 23 ► Sobre afastamento negocial da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>, ou sobre a convenção de eleição de foro incidental.....	499
<i>Daniel Gomes de Miranda</i>	
1. Colocação do Problema.....	499
2. Exceção à estabilização da competência.....	501
3. Exceção à prevenção do juízo.....	505
4. Necessidade de respeito ao princípio do juiz natural	507
5. Sobre a convenção processual de eleição de foro propriamente dita	509
Capítulo 24 ► Calendarização processual	511
<i>Eduardo José da Fonseca Costa</i>	
1. Introdução.....	511
2. Calendarização (primeira parte).....	512
3. Calendarização (segunda parte).....	514
4. Calendarização processual como técnica de governança judicial	516
5. Acordo de calendarização e acordo de procedimento.....	518
6. Calendarização por imposição judicial	519
7. Recusa da parte ou do advogado à calendarização.....	521

8. Modelos de termo de calendarização	522
9. Calendarização em execução	524
10. Conclusão	526

Capítulo 25 ► Flexibilização do procedimento e calendário processual no novo CPC527

Ricardo Villas Bôas Cueva

1. Introdução.....	527
2. O gerenciamento dos processos judiciais.....	530
3. Negócios processuais atípicos (art. 190 do NCPC)	533
4. O calendário processual (art. 191).....	537
5. Considerações finais.....	538

Capítulo 26 ► La celeridad procesal a cargo de las partes (Invitación del propio juez de la causa)..... 541

Germán Hiralde Vega e Federico Causse

I. Clases y diferencias de procesos en el sistema argentino	542
II. Contingencias que la clase de proceso produce en la extensión del debate y etapas.....	545
III. Invitación a las partes	546
1) Posibilidad de hacerlo	546
2) Posibilidad de que las partes de común acuerdo lo pidan	548
IV. Casos aplicables	550
V. Final.....	550

Capítulo 27 ► Verdade como objeto do negócio jurídico processual553

Beclaute Oliveira Silva

1. Introdução.....	553
2. Michele Taruffo e a tese da impossibilidade da verdade negociada	554
3. Crítica à posição de Michele Taruffo	558
4. Os fatos e sua repercussão no direito.....	561
5. Concepção declaratória da prova.....	563
5.1. Prova como situação no mundo fenomênico	563
5.2. Prova como argumento.....	563
6. Concepção constitutiva da prova.....	564
7. Análise crítica das duas correntes	567
7.1. (In)subsistência da concepção declaratória.....	568
7.2. (In)subsistência da concepção constitutiva	569
7.3. Prova como enunciado	570
8. Negócio jurídico sobre a prova	571
9. Notas conclusivas.....	573
10. Referências	574

Capítulo 28 ► A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória	577
<i>Robson Renault Godinho</i>	
Capítulo 29 ► Negócios processuais e o duplo grau de jurisdição	587
<i>Paulo Mendes de Oliveira</i>	
1. Introdução.....	587
2. Negócios processuais. Considerações iniciais.....	591
3. Reflexões sobre a natureza pública do direito processual civil	597
4. Direitos fundamentais processuais	600
5. O princípio do duplo grau de jurisdição	603
6. O direito ao recurso no contexto dos direitos fundamentais processuais.....	605
7. Supressão do duplo grau de jurisdição por negócio processual.....	607
8. Conclusão	609
9. Referências bibliográficas.....	610
Capítulo 30 ► Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal.....	613
<i>Júlia Lipiani e Marília Siqueira</i>	
1. Introdução.....	613
2. Negócio jurídico processual.....	614
2.1. O negócio jurídico.....	614
2.2. O conceito de negócio processual.....	616
2.3. A cláusula geral de negócio processual no Código de Processo Civil	618
3. As (im)possibilidades de negócios sobre a FASE recursal.....	623
3.1. Negócio jurídico processual sobre novas modalidades recursais.....	623
3.2. Negócios sobre requisitos de admissibilidade.....	626
3.3. Negócio jurídico processual sobre a renúncia de instância	633
3.4. Formação, apresentação e execução dos negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal	641
4. Conclusão.....	643
5. Referências bibliográficas.....	645
Capítulo 31 ► Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: pontos de partida para o estudo	649
<i>Mirna Cianci e Bruno Lopes Megna</i>	
1. Introdução: a encruzilhada entre o público e o privado	649
2. Os negócios jurídicos e o processo.....	652
2.1. Fundamentos dos negócios jurídicos processuais	652
2.2. Pressupostos e limites dos negócios jurídicos processuais	654
3. Negócios jurídicos processuais e a fazenda pública	658
3.1. Cabe autocomposição sobre direitos materiais da Fazenda Pública?.....	659
3.2. Cabe autocomposição sobre direitos processuais da Fazenda Pública?.....	662

3.3. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais típicos	665
3.4. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais atípicos	667
4. Conclusão: do cabimento de negócios processuais com a fazenda pública – pontos de partida para o debate	669
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	672

Capítulo 32 ► Negócios processuais envolvendo a Fazenda Pública.....675

Tatiana Simões dos Santos

I - Introdução.....	675
II - CPC e Fazenda Pública versus ordem pública e interesse indisponível	678
III - Sugestões para a aplicação prática das convenções processuais em ações envolvendo a Fazenda Pública	681
IV - Conclusão	685
V - Bibliografia	686

Capítulo 33 ► Os negócios jurídicos processuais e a arbitragem..... 689

Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Ruis Chagas

1. Introdução.....	689
2. Os negócios jurídicos processuais.....	691
2.1. Breve histórico e conceituação.....	691
2.2. Requisitos de validade.....	696
2.3. Classificação	698
3. A arbitragem e os pactos processuais	698
3.1. A opção pela via arbitral. A convenção de arbitragem	699
3.2. A opção pela lei aplicável.....	701
3.3. Sentença arbitral. Prazos, esclarecimentos e fundamentos	703
4. Conclusão.....	704
5. Referências	706

Capítulo 34 ► A resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público e as convenções processuais..... 709

Antonio do Passo Cabral

1. Introdução. Convencionalidade no direito público	709
2. A tendência de convencionalidade no direito penal e sancionador	713
3. A possibilidade de negociação em improbidade administrativa.....	714
4. Ações coletivas e termo de ajustamento de conduta	716
5. O novo CPC e os mecanismos de autocomposição dos litígios	717
6. A diferença entre negócios processuais e negócios de direito material. A indisponibilidade do direito não impede a negociação sobre o processo.....	718
7. A resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público	719
8. Conclusão.....	721
9. Bibliografia	722

Capítulo 35 ► Medios alternativos de resolución de conflictos en Argentina.....727*Maria Valeria Di Bernardo*

I - Introducción	727
II - Concepto	728
III - Características.....	729
IV - Aspectos Beneficiosos de los Medios Alternativos a la luz de las 100 Reglas de Brasilia.....	731
V - Conclusiones	740

Anexo I.....741**Anexo II.....747**